

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/11739	15854/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - INDEFERIMENTO - Lar Conde Agrolongo - Pedido de isenção de taxas municipais para "Formação de Equipas de 1ª Intervenção".		
Unidade Administrativa		
DFGE - DCR [ISENÇÕES]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação do pedido de isenção de taxas e outras receitas municipais do Lar Conde Agrolongo, propondo-se o seu **indeferimento**, conforme informação anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Data: 26/03/2026

Assunto: Outras isenções e reduções (Artigo H-1/16.º)

1 - Dados do pedido:

Requerente:	Lar Conde Agrolongo
NIF:	500032017
N.º registo:	47156/2025 [Pedido de isenção de taxas]
Referência 1	4554/2024
Referência 1.1	[Formação de Equipas de 1ª Intervenção]
Tipo de facto:	Formação de Equipas de 1ª Intervenção

2 - Apuramento dos cálculos das taxas:

Taxas			
Descrição	Quant.	Valor unitário	Total
Facto: Serviços Bombeiros - Diversos	1	1 152,60	1 152,60 €
Total			1 152,60 €

3 - Informação da Divisão de Controlo da Receita:

a) Com vista a dar cumprimento ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, a requerente requisitou o serviço do Batalhão Sapadores Bombeiros de Braga.

b) Assim, solicitou ao Município de Braga, a prestação Serviços Bombeiros - Formação, para "Formação de Equipas de 1ª Intervenção", em conformidade com o Código Regulamentar do Município, tendo merecido despacho favorável. Foram prestados Serviços Bombeiros - Formação;

c) O pedido de isenção foi efetuado no prazo previsto no n.º 3 do Artigo H-1/20.º, com a notificação do ato de liquidação sido efetuada no dia 28 jul. 2025, através da fatura n.º 25.017/5982, tendo o pedido de isenção ocorrido em **05/08/2025**;

d) Na presente data, face aos elementos disponíveis no sistema informático do Município, não existe registo dívidas do requerente para com o Município de Braga.

Analisado o pedido, afigura-se não haver fundamento legal e/ou regulamentar para isentar, não tendo sido invocados factos relevantes pela entidade. Pelo que se propõe o seu **indeferimento**.

O pedido encontra-se instruído conforme definido no CRMB e de acordo com os procedimentos internos em vigor para efeitos de isenções de taxas, pelo que poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo H-1/18.º do CRMB, para a competente decisão.

À Consideração superior,

